

Psicologia e orientação sexual: Realidades em transformação

DANIEL MATIAS (*)

Em 1973 a Associação Psiquiátrica Americana considerou que a homossexualidade não é uma doença; dois anos mais tarde, em 1975, a Associação de Psicologia Americana chegou à mesma conclusão. Em 1987, a terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Distúrbios Mentais já não contemplava a homossexualidade como uma parafilia. No ano de 1993, a Organização Mundial de Saúde através do ICD-10 não apresentava a homossexualidade enquanto doença. Tal panorama de despatologização, contudo, não se reflectiu necessariamente nas atitudes e preconceitos dos profissionais das ciências psicológicas; como afirma Leal (2004) “esta celebrada despatologização da homossexualidade, não foi capaz de resolver todas as questões que longos anos de pertença a códigos punitivos, listagens de aberrações e perversões e finalmente a um repertório nosológico ‘cientificamente’ estipulado, tinham instalado”.

Assim, não obstante um consenso oficial por parte das organizações mais influentes em termos da saúde mental relativamente à não patologia da homossexualidade, persistem em alguns profissionais ideias e concepções estereotipadas e redutoras sobre

a mesma. De acordo com Mohr e Weiner (2006), as orientações homossexual e bissexual ainda são consideradas por alguns psicoterapeutas como um sinal de psicopatologia; a orientação sexual do cliente influencia os julgamentos do psicoterapeuta relativamente a tratamento, sintomatologia e funcionamento psicológico; as atitudes dos psicoterapeutas relativamente à população homossexual e bissexual influenciam a sua relação e comportamento relativamente a esses clientes.

Verificando-se actualmente uma maior abertura relativamente às pessoas que se identificam como não sendo heterossexuais, podemos igualmente observar tentativas constantes e sub-reptícias de questionar os avanços sociais propostos por essa população, nomeadamente em questões de parentalidade ou de reconhecimento por parte da sociedade quanto às suas relações íntimas.

Deste modo, persistem mitos na nossa sociedade acerca da homossexualidade, enraizados na nossa cultura, sendo por vezes idênticos a outros mitos de índole sexista ou racista. Vivemos numa cultura homofóbica que é interiorizada e reproduzida de igual modo pelos profissionais das mais variadas áreas do conhecimento, incluindo os psicólogos, psiquiatras e todos aqueles que lidam de uma forma constante com as questões relacionadas com o funcionamento mental (Crawford, McLeod, Zamboni & Jordan, 1999).

Um dos mitos mais comuns é o de que as crianças que crescem no seio de uma família homossexual

(*) Licenciado em Psicologia pelo ISPA; Aluno do Mestrado de Psicologia Comunitária do ISPA. E-mail: danielmatias@netcabo.pt

serão elas próprias homossexuais futuramente, ou que exibirão alguma ambiguidade em termos da sua sexualidade. Este mito é refutado pelos estudos de Bailey, Bobrow, Wolfe e Mikach (1995) e Golombok e Tasker (1996), entre outros, ao concluírem que a maioria de filhos de homossexuais apresentam uma orientação sexual heterossexual. Contudo, uma noção importante que deve ser aqui abordada, e rebatida, é a de que ser-se” homossexual é algo de negativo ou, no mínimo, de indesejável. Se tivermos em consideração que a homossexualidade, como já verificámos, não é uma patologia, poderemos concluir que esta ideia advém do modo como a homossexualidade ainda é entendida em termos negativos e afastados de qualquer razão científica. A heterossexualidade permanece considerada como a única forma de “normalidade”, daquilo que se preconiza como sendo “natural”, não obstante as várias demonstrações de homossexualidade nas diversas espécies animais (Bagemihl, 2000). Segundo esse conceito, as crianças são consideradas como naturalmente heterossexuais. Rich (1987, cit. por Clarke, 2001) alega que raramente é discutida a ideia de que a única identidade sexual activamente imposta nas crianças é a heterossexualidade compulsiva, uma vez que tal se coaduna com a organização de género que impera na maioria das sociedades. Este argumento é igualmente redutor na medida em que não leva em consideração a importância da ecologia na formação e desenvolvimento da criança: para além dos pais, as crianças são socializadas por outros indivíduos de forma a construir o seu género e sexualidade (Clarke, 2001), não se verificando diferenças ao nível do desenvolvimento sexual entre famílias heterossexuais e homossexuais (Patterson, 2004).

Outra questão, que geralmente se verifica, é a de que as crianças com pais homossexuais terão dificuldades ao nível da adaptação social, uma vez que sofrerão o estigma social associado à expressão da sua sexualidade. Embora se possa alegar que este argumento tem claramente em consideração a segurança da criança, coloca um problema de discriminação – não ao nível daqueles que a praticam mas sim nos alvos dessa discriminação (a família) – numa atitude clara de culpabilizar a vítima pelos actos alheios. Tal atitude de culpabilização não se confina ao tema da orientação sexual. Mohr (1988) estabelece um paralelo com os casais inter-raciais, igualmente alvo de discriminação social; de igual modo, Leal (2004) aponta para o facto

de determinadas variáveis como a etnia, a condição social e mesmo as características físicas serem igualmente socialmente discriminadas, não sendo, contudo, impedimento de acesso à parentalidade. Assim, o argumento parece apenas funcionar como forma de institucionalizar a discriminação, uma vez que os estudos efectuados caminham em sentido contrário ao evidenciarem que as crianças de pais homossexuais têm relações satisfatórias e adequadas com os seus pares e os adultos (Patterson 2000, 2004; Perrin, 2002; Stacey & Biblarz, 2001; Tasker, 1999; Tasker & Golombok, 1997).

Ligada intimamente à ideia de desadequação social das crianças de pais homossexuais está a noção de que estas crianças sofrem pela falta de modelos parentais apropriados; considera-se geralmente que existe um défice na estrutura familiar que não permite o desenvolvimento das crianças, por estas não terem contacto com modelos do sexo oposto ao dos seus pais. De acordo com Clarke (2001), tal percepção advém da ideia errónea que os homossexuais apenas se socializam com pessoas do mesmo sexo, evidenciando desta maneira a forma segregadora como se constroem as ideias sobre determinadas populações. Um estudo de Golombok, Spencer e Rutter (1983) indica-nos que os contactos das crianças de mães lésbicas não são exclusivamente homossexuais, mas de igual modo heterossexuais. Devemos ter em conta que este argumento coloca-se igualmente em outras formas de família (pais separados, famílias em que existe apenas um progenitor), pelo que não é exclusivo das famílias homossexuais.

Um outro mito recorrente é o de que as crianças de pais homossexuais estarão mais aptas a situações de abuso sexual. Contudo, o abuso sexual de crianças não se encontra directamente relacionado com a orientação sexual do indivíduo (Howitt, 1995; Jenny, Roesler & Poyer, 1994; Sarafino, 1979; Stevenson, 2000).

Mais recentemente, em Espanha, o Colégio Oficial de Psicólogos de Madrid declarou que, de acordo com os estudos científicos actuais, não seria possível afirmar-se que as crianças educadas por famílias homoparentais sofressem atrasos no seu desenvolvimento psicológico (http://www.copmadrid.org/view_article.asp?id=61&cat=13).

Por sua vez, a Associação Americana de Pediatria afirmou em comunicado oficial que o desenvolvimento da criança será influenciado não pela estrutura da família, mas sim pela natureza das

relações e interações que esta fornece e possibilita (Perrin, 2002).

Assim, verificamos, através da análise de alguns dos vários mitos relativos à homossexualidade, que esses mitos não se baseiam em literatura científica mas sim na perpetuação de estereótipos e preconceitos sobre a população homossexual. Como tal, é importante que tenhamos, enquanto profissionais de psicologia, noção desta realidade e que actuemos no sentido de a contrariar em todos os contextos nos quais nos movimentamos. Esta filosofia emparceira com a apresentada pela Associação Americana de Psicologia, que procura promover princípios éticos relativos à temática da orientação sexual os quais devem ser adoptados pelos profissionais de saúde mental. Estes princípios abordam as atitudes relativas à homossexualidade e à bissexualidade, às relações e às famílias, à diversidade e à educação. Enunciamos, de seguida, alguns desses princípios por acharmos muito pertinente a sua divulgação (o documento original poderá ser encontrado na sua totalidade em <http://www.apa.org/pi/lgbc/publications/guidelines.html>):

- os psicólogos compreendem que a homossexualidade e a bissexualidade não são indicadores de doença mental;
- os psicólogos procuram entender as várias formas como o estigma social (por exemplo: preconceito, discriminação e violência) colocam em risco a saúde mental e o bem-estar das suas clientes lésbicas, gays e bissexuais;
- os psicólogos procuram entender a forma como perspectivas incorrectas e preconceituosas sobre a homossexualidade e a bissexualidade podem afectar o cliente em termos do seu tratamento e processo terapêutico;
- os psicólogos procuram entender e respeitar a importância das relações das pessoas lésbicas, gays e bissexuais;
- os psicólogos procuram entender as circunstâncias e os desafios únicos com que se deparam as pessoas lésbicas, gays e bissexuais quanto às questões de parentalidade;
- os psicólogos procuram entender os problemas únicos e os riscos que existem relativamente à juventude lésbica, gay e bisexual;
- os psicólogos apoiam a educação e o treino sobre questões relacionadas com a orientação sexual, procurando aumentar o seu conhecimento sobre essas temáticas através da formação contínua e da familiarização com os recursos

relevantes na área da saúde mental, educacional e comunitária dirigidos a lésbicas, gays e bissexuais.

Deste modo, actualmente a psicologia afigura-se como lugar de transformação em que são rejeitados os mitos baseados em fundamentalismos e se acolhe a realidade plural. É urgente e necessária a discussão sobre esta e outras temáticas, que em grande parte das vezes são relegadas para segundo plano ou que não, radicalmente, abordadas. São colocados, à psicologia, os desafios de se actualizar e de abandonar as suas pré-concepções sobre determinadas realidades, reconhecendo, deste modo, aquilo que nos deve mover enquanto psicólogos: o respeito e o apreço pela diversidade.

REFERÊNCIAS

- American Psychological Association (2000). *Guidelines for psychotherapy with lesbian, gay and bisexual clients*. Consultado em 13 de Janeiro de 2007 através de <http://www.apa.org/pi/lgbc/publications/guidelines.html>
- Bagemihl, B. (2000). *Biological exuberance: Animal homosexuality and natural diversity*. New York: Stonewall Inn Editions.
- Bailey, J. M., Bobrow, D., Wolf, M., & Mikach, S. (1995). Sexual orientation: Adult sons of gay fathers. *Developmental Psychology*, 31 (1), 124-129.
- Clarke, V. (2001). What about the children? Arguments against lesbian and gay parenting. *Women's Studies International Forum*, 24 (5), 555-570.
- Colégio Oficial de Psicólogos de Madrid (2005). *Adopción por parte de parejas homoparentales*. Consultado em 20 de Janeiro de 2007 através de http://www.copmadrid.org/view_article.asp?id=61&cat=13
- Crawford, I., McLeod, A., Zamboni, B. D., & Jordan, M. B. (1999). Psychologists' attitudes toward gay and lesbian parenting. *Professional Psychology: Research and Practice*, 30 (4), 394-401.
- Golombok, S., Spencer, A., & Rutter, M. (1983). Children in lesbian and single-parent households: Psychosexual and psychiatric appraisal. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 24, 551-572.
- Golombok, S., & Tasker, F. (1996). Do parents influence the sexual orientation of their children? *Developmental Psychology*, 32 (1), 3-11.
- Howitt, D. (1995). *Paedophiles and sexual offences against children*. Chichester: John Wiley & Sons.
- Jenny, C., Roesler, T. A., & Poyer, K. L. (1994). Are children at risk for sexual abuse by homosexuals? *Pediatrics*, 94 (1), 41-44.

- Leal, I. (2004). Parentalidades. Questões de género e orientação sexual. In A. F. Cascais (Ed.), *Indisciplinar a teoria: Estudos gays, lésbicos e queer* (pp. 215-243). Lisboa: Fenda.
- Mohr, R. D. (1988). *Gays/Justice: A study of ethics, society and law*. New York: Columbia University Press.
- Mohr, J. J., & Weiner, J. L. (2006, Agosto). Client sexual orientation and psychotherapists's clinical perceptions. In E. Page, & B. Firenstein (Coord.), *Current research on bisexuality: Identity, health and clinical attitudes*. Symposium realizado no encontro da American psychological Association, New Orleans, LA.
- Patterson, C. J. (2000). Family relationships of lesbians and gay men. *Journal of Marriage and Family*, 62, 1052-1069.
- Patterson, C. J. (2004). Lesbian and gay parents and their children: Summary of research findings. In *Lesbian and gay parenting: A resource for psychologists*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Perrin, E. C., & Committee on Psychosocial Aspects of Child and Family Health (2002). Technical report: Coparent or second-parent adoption by same-sex parents. *Pediatrics*, 109 (2), 341-344.
- Sarafino, E. P. (1979). An estimate of nationwide incidence of sexual offences against children. *Children Welfare*, 58, 127-134.
- Stacey, J., & Biblarz, T. J. (2001). (How) Does sexual orientation of parents matter? *American Sociological Review*, 65, 159-183.
- Stevenson, M. (2000). Public policy, homosexuality, and the sexual coercion of children. *Journal of Psychology and Human Sexuality*, 12 (4), 1-19.
- Tasker, F. (1999). Children in lesbian-led families – A review. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 4, 153-166.
- Tasker, F., & Golombok, S. (1997). *Growing up in a lesbian family*. New York: Guilford Press.

RESUMO

Neste artigo pretende-se apresentar alguns dos vários mitos em redor da temática da orientação sexual e sublinhar como estes não são suportados pelos estudos realizados actualmente. Procede-se posteriormente a uma apresentação dos princípios éticos da APA relativamente às pessoas lésbicas, gays e bissexuais e como os profissionais de saúde mental devem procurar adoptar atitudes de compreensão relativamente às circunstâncias específicas desta população, procurando igualmente a formação contínua no âmbito da diversidade.

Palavras-chave: Homossexualidade, discriminação, ética, orientação sexual, sexualidade.

ABSTRACT

This article presents some of the many myths surrounding sexual orientation in an attempt to discuss how there is no scientific support for their existence. Subsequently, the authors present the ethical guidelines promoted by APA in regards to lesbian, gay and bisexual people. Mental health professionals should thus attempt to understand the specific circumstances of lesbian, gay and bisexual people and engage in formation and training in issues of diversity.

Key words: Homosexuality, discrimination, ethics, sexual orientation, sexuality.